



Organizar a Categoria nas ruas para garantir melhores condições de trabalho, contratação de trabalhadores e barrar definitivamente a privatização dos CORREIOS!

Direções sindicais festejam que o PL591/21 esteja parado no Senado: a ameaça de privatização não foi varrida!

Desde o início do governo Bolsonaro, a Privatização dos Correios tem sido colocada em pauta. Em 2021, materializou-se no Projeto de Lei 591, que quebra o monopólio da empresa e permite o fatiamento de seus serviços e consequente privatização de seus setores. Para o grande capital monopolista, não interessa comprar o conjunto da empresa, mas apenas as áreas mais lucrativas e nas regiões mais ricas, como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo.

O governo deu passos seguros para tornar atrativa a empresa estatal. Quebrou o Acordo Coletivo que vigorava há muitos anos em 2020, mesmo após a greve de mais de um mês dos ecetistas. Lucrou nos últimos dois anos de pandemia como nunca, enquanto cortava despesas, impunha jornadas mais extenuantes aos trabalhadores e tentava, inclusive, impor o banco de horas, objetivo não alcançado ainda em 2021, por oposição da Justiça do Trabalho.

As direções sindicais, dos sindicatos estaduais ou das duas Federações seguiram a política do isolamento social, mesmo com os trabalhadores, majoritariamente, em trabalho presencial. A FINDECT, dirigida pela CTB, até as últimas assembleias de 2021 apresentava e votava as propostas de modo virtual, com assembleias remotas, mantendo a categoria em São Paulo e no Rio de Janeiro, que contam com as maiores bases de ecetistas do país, desmobilizada e isolada.

A aprovação na Câmara dos Deputados do PL 591 em agosto de 2021 acendeu, no entanto, o alerta para que as direções dos sindicatos e federações dos trabalhadores dos Correios atuassem conjuntamente contra o projeto. A “luta”, no entanto, ficou restrita à pressão parlamentar e continua assim neste início de 2022.

Agora, em fevereiro, a nota conjunta das Federações sobre a “frente” contra a Privatização indicava “vitória” porque ainda não há data para que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado volte aos trabalhos e, assim, dê prosseguimento nos trâmites para a votação do PL da Privatização.

Como indicamos nos boletins anteriores do Nossa Classe, as “dificuldades” no Senado não têm nada a ver com a “mobilização” de uma dúzia de burocratas sindicais nos corredores do Senado, mas com as disputas interpartidárias e interburguesas que, no último período, ocorreram por meio do Senado, incluindo aí até a fajuta CPI da COVID-19.

A intenção privatista dos governos burgueses é clara e não foi alterada nos últimos anos. A própria direção sindical precisa reconhecer, por exemplo, que faltam dezenas de milhares de trabalhadores nos Correios e que, desde 2011, não há um concurso para a empresa estatal. Assim, aumentam-se a carga de trabalho e os contratos precarizados. Uma década de sucateamento e destruição da empresa, com contenção de despesas, para que se justifique a privatização.

Ainda que o governo Bolsonaro não consiga este ano aprovar a PL591, o fantasma da privatização não terá sumido. Porque corresponde à política do imperialismo (do capital financeiro que parasita a Dívida Pública do Estado brasileiro) incentivar as privatizações e a entrega do patrimônio nacional.

Para que a privatização seja varrida definitivamente é preciso, uma unidade, de fato, de diferentes sindicatos, centrais para pôr em pé uma frente única anti-imperialista que conduza a luta nacional contra todas as privatizações em curso (como Correios) e reverta as que ocorreram parcial ou totalmente (a exemplo da Petrobrás e da Eletrobrás). É preciso estancar a sangria do país, defendendo o emprego dos trabalhadores, as suas condições de trabalho e os seus direitos. Isso não se fará de forma corporativa, isolada ou por meio da pressão parlamentar. Levantar uma verdadeira campanha contra a PRIVATIZAÇÃO significa potencializar a luta em cada categoria e organizar esta campanha como parte da construção da greve geral no país para garantir os empregos, os salários e os direitos.

Denúncias do sucateamento da ECT são isoladas mas refletem os problemas gerais que os ecetistas enfrentam todos os dias

A pandemia e o comércio virtual intensificaram as compras de mercadorias que são também

distribuídas pelos Correios. Os problemas decorrentes desta situação se multiplicam.

O sindicato dos Correios de Minas Gerais denunciam, por exemplo, o fato de que entregadores precisam trabalhar com carros e motos que não passam por vistoria há tempos e obrigando os trabalhadores a guiar mesmo sem a Portaria emitida. A bandeira levantada de “Não devemos aceitar esta imposição da ECT. Veículo só com Portaria!” revela a que situação os ecetistas têm sido colocados nos últimos anos, arriscando a própria vida em seu trabalho diário.

As jornadas nos Centros de Distribuição também só cresceram nos últimos anos. O assédio dos gestores da ECT para que mais e mais trabalhadores aceitem trabalhar aos fins de semana mostra a situação de falta de funcionários, de trabalhadores em todos os setores da empresa.

A situação está tão grave que a direção do sindicato de São Paulo precisou realizar uma assembleia presencial com os ecetistas do CDD em Brasilândia, na capital de São Paulo, agora no início de fevereiro de 2022, para decretar um “estado de greve” contra a falta de funcionários.

Segundo a direção do sindicato, o “estado de greve” é para forçar a gerência e os gestores a resolverem o problema do CDD, mas, como todos reconhecem, o problema é bem mais fundo e não atinge só um bairro da capital paulistana, mas vários bairros de São Paulo, a maior cidade do país.

E o que ocorre em São Paulo também ocorre em capitais de todo país. Mesmo nas pequenas cidades falta mão-de-obra e os ecetistas se encontram esgotados por tanto trabalho. A tendência é só piorar, justificando, mais uma vez, a privatização.

A resposta, portanto, ao sucateamento dos Correios não pode ser limitada a uma região, a um estado, precisa ser nacional. Mostrar à população que os trabalhadores estão esgotados, que sofrem assédio moral, que arriscam suas vidas, que têm jornadas exaustivas e que recebem tão pouco demonstrará que os Correios são, de fato, essenciais e não podem ser privatizados e que sua defesa passa pela contratação de mais trabalhadores, de aumento dos salários, de melhoria nas condições de trabalho e de expansão dos serviços e não de sua privatização.

Não há mais desculpas para evitar a luta coletiva e nas ruas. É preciso organizar a categoria nacionalmente. E utilizar esta luta para construir uma frente única dos sindicatos em favor dos salários, dos empregos, dos direitos e contra a privatização das empresas estatais. Esta deve ser nossa exigência para as direções sindicais! Começar o quanto antes a mobilização e a luta em 2022!

Direções sindicais se encaminham para disputa eleitoral

Não é só o governo federal que está antecipando a disputa eleitoral. As direções sindicais também têm soltado notas e artigos atacando o governo e defendendo a “importância do debate político de 2022” (FINDECT – série de artigos “*Brasil em estado caótico*”).

Não podemos ser arrastados pela disputa interburguesa entre os partidos que querem chegar à presidência. Nossos problemas não surgiram agora e não vão sumir, por um passe de mágica, com um novo “salvador”. É nas nossas forças, nas forças do conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo, na força da classe operária, que devemos apoiar nossas reivindicações e lutar contra os governos e os capitalistas.

Exijamos imediatamente:

- 1) Assembleias de base presenciais;
- 2) Chamar as Centrais sindicais a levantar a classe operária e os demais trabalhadores para lutar contra a política privatista e pelos empregos e pelos salários;
- 3) Construir um Dia Nacional de Luta, de paralisação de todos os trabalhadores;
- 3) Construir a Greve da categoria como parte da Greve Geral contra o governo Bolsonaro e os capitalistas.

NENHUMA ILUSÃO NAS ELEIÇÕES E NO PARLAMENTO! ORGANIZAR A LUTA EM DEFESA DOS EMPREGOS, SALÁRIOS E DIREITOS! BARRAR A PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS NAS RUAS!

Que as centrais e sindicatos rompam com a política de conciliação de classes

Que se coloquem imediatamente por organizar a luta

Em defesa dos empregos e salários

Entre em contato para contribuir na elaboração do boletim e na organização da luta:

nossaclasseecetista@gmail.com

<http://www.pormassas.org/nossa-classe/>



POR | PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO